

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, em primeira chamada às quatorze horas e seis minutos, iniciou-se de forma online a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente- CMAM Presentes: o Presidente Bruno de Souza Lougon e Vice Presidente Guilherme Di Cesar da Mota e Silva Gestor – Sec. da Cidade Sustentável, os Conselheiros Titulares: Ronald Manoel Ribeiro Marques da Silva – Secretaria de Saúde, Anna Maria de Carvalho Quintanilha- AMASP - Associação de Moradores e Amigos do Bairro Santa Paula, Marcus Antônio Lacerda - Sec. De Educação, Felipe Queiroz - Instituto Floresta Darcy Ribeiro-AmaDarcy, Jaildo de Souza Santos - Federação das Associações de Moradores de Maricá. Suplentes: Will Robson Coelho – Secretaria de Urbanismo, Jorge Rodrigues de Andrade – SOMAR, Hannah Marchon Detes - Instituto Floresta Darcy Ribeiro-AmaDarcy e. Ludmila Caetano - Defesa Civil. O Presidente abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da reunião com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação das Atas anteriores (novembro e dezembro); 2-Leitura dos Ofícios enviados e recebidos; 3-Atualização do TR do Taboal;4-Apresentação do Geoportal;5-Pautas para Próxima Reunião;6-Informes Gerais. **Primeiro ponto da pauta.** Aprovação da ata anterior: O Presidente pergunta O primeiro ponto de pauta apreciação e votação das atas anteriores relativas à novembro e dezembro que ficou pendente no mês passado, diz que essas atas ficaram pendente na reunião passada por conta de um apontamento que o Conselheiro Felipe fez, deixa bem esclarecido a respeito do saldo que tinha na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente, conforme foi a apresentação na câmara no mês de novembro corrigimos teve um erro material de digitação e com relação à questão da atualização do Termo de Referência do Taboal que fez a correção pertinente e foi enviado a todos. O Conselheiro Felipe pergunta qual foi o valor para deixar claro e constar em ata. O Presidente responde que o valor foi de R\$ 334.919.794,19 (trezentos e trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos) isso considerando, naquele dia, e lá para cá, já ter havido atualizações, mas até aquela data o balancete apresentado pela contadora foi desse valor. Coloca em votação as atas relativas aos meses de novembro e dezembro de 2023 e pede que aqueles que concordam com a aprovação das atas permaneçam como estão, com relação a ata do mês de janeiro foi ainda não enviou por conta de quantidade de coisas que tivemos para fazer nesses últimos dias e a Laudeci disse que não conseguiu terminar a tempo, mas colocamos para aprovação no próximo mês. Então considerado as atas de novembro e dezembro de 2023 foram aprovadas. **Segundo Ponto da Pauta:** Ofícios enviados e recebidos. Lê os ofícios enviados: Ofício nº 04 do CMAM para a Secretária de Saúde para encaminhar denúncia do Sr. Ademir Ribeiro, Ofício nº 05 do CMAM para SOMAR para encaminhar denúncia do Sr. Ademir Ribeiro Ofício nº 06 do CMAM para o setor de imprensa da prefeitura solicitando a publicações das atas do mês de agosto e de setembro de 2023. Ofício recebido: Ofício nº 92/2024 da Associação de Moradores e Amigos Jardim Jaconé indicando o senhor Uellington de Souza Silva para participar deste Conselho. Ofício nº 91/2024 da Secretaria de Urbanismo solicitando a substituição de servidor Bruno da pelo servidor Will Robson Coelho neste Conselho. A Secretária Executiva esclarece sobre os Ofícios enviados a Secretaria de Saúde e a SOMAR que foi sobre uma denúncia de entulho, de lixo, que o Sr. Ademir enviou para o e-mail do CMAM. O Presidente diz que tem um e-mail que enviou enquanto Secretaria da Cidade Sustentável para a gestão da APA da Restinga de Zacarias, no sentido de esclarecer como estava o entendimento Gestão da APA com relação ao licenciamento, e concessão de autorizações ambientais na APA de Zacarias, diz que tem recebido algumas demandas na Secretaria com relação a instalação de medidor de energia localizado justamente dentro da APA, que antes de saber o que faríamos e de adotar algum tipo de medida fizemos uma consulta, lê o e-mail enviado no dia 8 de janeiro de 2024; Vimos pelo presente, consultar vossa senhoria sobre o entendimento atual em relação aos moradores que se encontram inseridos dentro da APA, na localidade para Zacarias, que pleitearam a autorização ambiental para instalação de medidor de energia, ocorre que, esta Secretaria têm recebido algumas demanda de moradores desse local os quais, se encontram em situações de desinformação, uma vez que em sua maioria não possui documento que comprove a titularidade do imóvel, porém, conseguem comprovar manutenção de posse consolidada há anos, além de um local que diversas outras residências têm fornecimento de energia elétrica, dessa forma, como a localidade é de competência do INEA para autorizar qualquer tipo de intervenção na referida APA solicitamos um posicionamento dessa respeitada gestão a fim de esclarecermos aos contribuintes de limites e caminhos administrativos se solucionar essas demandas, Nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos. A APA no dia 08 de fevereiro respondeu o seguinte: Prezados o município de Maricá se for habilitado, licenciado e tem a competência originária para avaliar e atestar conformidades dos imóveis para o conhecimento dos serviços públicos no caso de instalação de medidor de energia quando se trata de instalação de rede de energia, estas precisam de aprovação da APA de forma previa em conformidade com Art. 46 do Snuc. Encaminhou em anexos os ofícios e pareceres jurídicos que tratam do tema caso precise, mandou uma série de anexos para substanciar esse entendimento, diz que vai disponibilizar isso no grupo do Conselho, diz que a gestão da Secretaria Sustentável achou importante trazer esse conhecimento para o Conselho para que eventuais situações de licenciamento e autorização nesse sentido, que vai colocar no grupo, que só deixou para fazer a leitura primeiro aqui na reunião e vai disponibilizar esses documentos, e uma série de anexos que o INEA nos mandou, nos orientando no sentido de limite, de competência do município em atuação de licenciamento nessa área da APA. Fala sobre um ofício da Comissão de Defesa do Meio Ambiente e que a Secretaria encaminhou para o Conselho, lê o ofício; Senhor Helter Viana Ferreira de Almeida, Secretário Municipal da Cidade Sustentável. Na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente dá Assembleia Legislativa do Estado Rio de Janeiro, venho por meio desse, com base nas atribuições conferidas pela constituição do Estado, indicar a necessidade de criação de um grupo de trabalho no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente, com

o objetivo de determinar a proteção legal de área natural situada entre a Lagoa Brava, o canal de São Bento e a RJ 110, confrontantes à área de Proteção Ambiental APA de Maricá, nas coordenadas latitude e longitude que, devido às suas características ecossistêmicas e eco paisagísticos condições que tornam a região apta para abrigo e refúgio de variadas a vidas Silvestres, endêmico e migratória, segue em anexo formulário de proposição, diz que vem anexo no formulário de proposição, com mapa demarcando a área, topografia do local, que já está no grupo do Conselho fornecido pelo Conselheiro Felipe que colocou no grupo, temos essa proposta que veio da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da ALERJ. O Conselheiro Felipe diz que no ofício solicita a criação de um grupo de trabalho, acha que deveríamos conversar ou deliberar sobre a criação desse grupo ou não para poderemos realmente analisar o documento, se é viável ou não e de acordo com o regimento interno do Conselho decidir se o Conselho é favorável ou não a essa Criação de Unidade de Conservação. Acha interessante que como o documento veio por e-mail, deliberara respeito disso na próxima reunião. Quem quiser fazer parte, analisa e faz um relatório a respeito disso e que proponha a deliberação. O Presidente diz que como estamos recebendo alguns Conselheiros que não chegaram ainda, sugere que siga pauta da forma como ela está e deixemos para o final da reunião essa deliberação se não tiver problema. O Conselheiro Felipe diz que tinha comentado na reunião passada a respeito do Conselho enviar ofício a respeito daquele parque que está instalado na faixa marginal de proteção, gostaria de saber se foi enviado, se foi feita alguma coisa via Conselho, já que foi decidido e conversado na reunião passado a respeito disso, é uma coisa que requer muita atenção pela morosidade da ação do órgão fiscalizador e que apesar do dano Ambiental, a estrutura ainda permanece no local e tínhamos conversado, e o Conselho se manifestou favorável ao envio de um ofício pleiteando a retirada imediata, porque já constatou a ilegalidade. Notificou, mas não identificou o infrator pela notificação que foi feita, precisamos de agilidade então, não podemos esperar a vigência da autorização da Secretaria que deu a autorização para o parque estar lá, vencer, para poder a estrutura sair de lá; acha que a Secretaria tem que se pronunciar de uma forma mais enérgica a respeito disso. Então o parque vai sair quando a vigência cair? Isso beira um absurdo, tínhamos falado isso na reunião passada, que seria emitido um ofício pedindo uma celeridade nessa questão e o parque está lá ainda, realmente é um absurdo, uma infração dentro de uma área de faixa marginal de proteção ambiental permanece e o órgão fiscalizador permanece inerte. Inerte que fala não de tomar medidas burocráticas, mas sim de medidas enérgicas de realmente imputar a retirada do dano a faixa Marginal de proteção, então é uma coisa bem complicada, temos que ver isso, não podemos esperar uma vigência de uma coisa que foi vendida para um parque encerrar. Por que não foi consultada a Secretaria de Meio Ambiente? Acha muito grave isso não ter sido enviado um e-mail ou um ofício que foi pleiteado pelo Conselho na reunião passada. O Presidente diz que com relação à situação do Parque a Secretaria a solicitou os fiscais de Meio Ambiente que procedessem para vistoria no local, inclusive, eles estavam com a rota programada para hoje e saíram daqui mais cedo, tinha uma série de diligências para fazer e lá era uma das rotas deles para cumprir diligência, estamos aguardando e até pode ser que antes do término da reunião já tínhamos alguma resposta da fiscalização, no retorno deles. Se tiver logicamente vai colocar aqui para todos ainda nesta reunião, se não informamos no grupo, mas segundo consta algumas informações, o parque já estava em processo de desmontagem, então Independente de qualquer coisa solicitamos à fiscalização que fosse verificar no local. Essa é informação que tem. O Conselheiro Felipe afirma que não está em desvantagens não e sim queríamos muito que você como gestor desse Conselho, mais uma vez reforça aqui a necessidade de enviar um ofício via Conselho, porque não podemos esperar que um grupo de pessoas, detenha domínio de uma área, e o órgão fiscalizador se abstenha da remoção imediata, já que o dono está constando no próprio ofício do Secretário, então, assim essa morosidade não pode acontecer, precisamos de uma medida enérgica, não está entendendo até agora o porque dessa morosidade, enfim vai mandar hoje, porque não mandou na semana passada? nos espanta muito que é sociedade civil organizada essa morosidade fiscalizatória de um órgão fiscalizador que deveria impor a ordem, pede desculpas. O Conselheiro Jorge diz que essa é a terceira reunião que falamos do parque e a ideia da fiscalização não precisa ir mais, porque o parque cumpriu a temporada inteira e após o carnaval por isso ele está desmontando de fato, mais uma vez literalmente mostramos que não temos eficiência para simplesmente fazer cumprir a questão da faixa marginal. Pede desculpa, diz que não quer aqui criar problema, que foi uma coisa que levantou na outra reunião. O parque é visível para quem passa ali todos os dias, cumpriu sua temporada e agora está indo embora, agora não precisa fazer mais fiscalização, agora que vamos fazer conosco por não ter aptidão para corrigir o problema, essa é a sua pergunta inclusive, de fato o assunto do parque não tem mais o que discutir, ele acabou. O Conselheiro Guilherme diz que o parque tem autorização, ele pagou pelo uso do solo. Como tem uma denúncia no Ministério Público, vai ser apurado também, porque isso não passou pela Secretaria, ele tinha autorização de ocupação. O Conselheiro Jorge diz que mesmo que o parque tenha pago pelo solo, é crime ambiental que vai contra a qualquer lei, mesmo que esquecesse o Conselho e a Secretaria fosse para a polícia ambiental ele teria uma queixa crime e um registro formal, mas também não concluimos situação de uso do solo; mesmo ele tendo pago, que ele fosse para justiça e pegasse seu dinheiro de volta, não importa, houve um crime e nós permitimos esse crime, desculpe, como Conselho fomos coniventes. Porque estamos na terceira reunião o parque cumpriu seu período integral, está indo embora por livre e espontânea vontade e qual é a represália que teve, nenhuma. Não se espantará se na próxima temporada eles vão voltar para o mesmo lugar, que mora ali perto e vê eles chegarem perfeitamente. Pede desculpas, diz que não queria criar nenhum constrangimento. O conselheiro diz que acha que nem é imputar o Conselho ou aos integrantes do Conselho não o que nós fizemos, nós fizemos nossa parte, a gestão do Conselho que sequer emitiu um ofício solicitando o que pedimos e deliberamos

na última reunião, não sabe se isso cabe uma ação de prevaricação, que está aqui falando como uma pessoa da sociedade civil, é uma coisa que beira o absurdo, sabe o que acontece ali, ver a inércia da Secretaria da Cidade de Sustentável em fazer o seu papel de poder fiscalizatório vem hoje, falar que vai mandar hoje, justamente como Conselheiro Jorge falou, vai esperar passar a temporada do carnaval para ganhar dinheiro e para poder privilegiar quem pagou o solo? o uso do solo é legal? ele pagou o uso do solo ilegal e a Secretaria da Cidade Sustentável está chancelando isso, para ele beira o absurdo. Diz que Amadarcy vai preparar um ofício para encaminhar ao Conselho e vamos encaminhar ao Ministério Público essa questão, não sabe se cabe prevaricação do órgão fiscalizador ou do próprio Conselho. Por que beira ao absurdo, é o segundo ano consecutivo que a gente vem lidando com a mesma coisa e não vemos uma medida enérgica, sequer uma notificação da Secretaria da Cidade Sustentável, ela se quer qualificou o infrator e toda hora que vai lá, tem gente lá, então, você vê uma coisa quase intencional. Vamos lá levar uma notificação, cola lá em qualquer lugar, tira foto, vamos tirar o nosso da reta, vamos botar os outros, deixa com que o Ministério Público faça porque tem alguma coisa, tem algum caroço nesse angulo, sinceramente é uma coisa absurda a gente como Amadarcy vai a cobrar. **Terceiro Ponto da Pauta:** Atualização do Termo de Referência do Taboal. O Presidente diz que como foi formado na última reunião o processo de estudos sobre a área do Taboal passou pela Procuradoria e por conta do término de vigência da antiga lei de licitações, haverá a necessidade de readequar todo procedimento para a Lei 14133, e por conta disso tivemos de ter que iniciar tudo do zero. A questão do estudo técnico preliminar, estamos na fase de elaboração do termo de referência e outras peças processuais para poder instruir o processo e dar continuidade. Então esse é o estado do processo que está refazendo o termo de referência em adequação à nova lei de licitações. **Quarto ponto da pauta:** Apresentação do Geoportal. O Presidente diz que a Caroline esta aqui presente para fazer essa apresentação e deixa a palavra com ela, que diz que é analista da Progel e vai apresentar o que o Geoportal oferece e suas funcionalidades. Ele foi desenvolvido em cooperação com a Secretaria da Cidade Sustentável e que vai apresentar um pouco do que já desenvolveu, compartilha a tela e começa a apresentação com página inicial do Geoportal, tem três principais ícones que é das áreas protegidas, do Solo, da cobertura vegetal e do licenciamento da Trans Maricá. Então dentro dessa página inicial vamos ter o Portal Maricá mais Verde que é o desdobramento dessa página Geoportal e ainda está em desenvolvimento, vai ter alguma aplicação que é mudrometro, que é para contabilizar a quantidade de mudas que estão sendo doadas, muda no mapa que é quando a pessoa, que recebeu essa muda vai poder colocar essa muda no mapa, através do protocolo que ela recebe ao retirar essa muda nas ações do Maricá mais verde. Então ela vai poder visualizar e acompanhar aqui a muda dela e também facilita muito o projeto Maricá mais verde monitorar fazer essas ações e o panorama anterior que são dos outros anos do que foi feito e onde tiveram as ações do Maricá mais verde, também teremos ainda essa página inicial consulta de processo de licenciamento ambiental, aonde a pessoa vai inserir através do número do processo que ela recebe, poder ver o status do processo, o nome do requerente, situação e se está o seu processo nessa parte do portal. Tem essas aplicações. Ainda na página inicial, explicou para o que ele foi desenvolvido, qual o objetivo principal. No ícone de áreas protegidas e eco sistema vamos ter uma página dedicada à uma aplicação. Nessa aplicação a pessoa da Secretaria da Cidade Sustentável vai poder fazer o monitoramento da APA, das Unidades de Conservações; temos todos os shapes disponibilizados, camadas disponibilizadas da área protegida que o assistente utiliza na aplicação, teremos o uso do solo com a mesma aplicação, mas com finalidades diferentes, mas tem a mesma quantidade de camadas para serem utilizadas, tem o desdobramento do licenciamento. No Licenciamento vamos ter uma aplicação, que foi desenvolvida pensando nesse processo de licenciamento. Vamos ter camadas dos pontos. Cita exemplo de processos que foram abertos, mostra onde o pessoal do licenciamento insere as informações de todos os processos que estão sendo abertos, vistoriados, arquivados ou disponível para entrega, ou em exigência. Então a funcionalidade é para trazer mais autonomia para a galera do licenciamento estar registrando esses processos; eles também vão poder consultar os processos, isso deixará mais acessível também para que outras pessoas ligadas ao projeto tenham acesso, que a comunicação entre os projetos vai ser melhor, visto que a ferramenta é única. Então, quem puder ter acesso a essa ferramenta vai poder visualizar esses dados. O Conselheiro pergunta se os Conselheiros vão poder interagir durante a apresentação ou se ela prefere que faça no final da apresentação. Caroline diz que acho melhor que seja no decorrer da apresentação porque é melhor porque já vai explicando. O Conselheiro Felipe pergunta se esse projeto vem da Secretaria da Cidade Sustentável. A Caroline responde que o Geoportal sim e que tem vários projetos que englobam esse Geoportal. O Conselheiro pergunta se esse Geoportal está linkado com a Secretaria do Urbanismo. Caroline responde que não tem nenhum projeto ainda do Urbanismo dentro do Geoportal. O Conselheiro Felipe diz que quando a gente vê a questão da conservação da bacia hidrográfica, e quando tem um Geoportal e falamos na questão de licenciamento e essas coisas todas, seria extremamente positivo já que do Urbanismo está presente o Will, que poderia firmar uma parceria? Porque é uma ferramenta que, como a imagem está mostrando, dos corpos hídricos teria que ser intra Secretarias. Caroline diz que esse é o objetivo. O Conselheiro Felipe diz que se essas outras Secretarias não tiverem participado desse momento de construção, acabou de discutir uma questão de um parque, que uma Secretaria deu uma licença e a outra que era de competência, que era a Secretaria de Meio Ambiente não tinha, se não tentarmos interligar a gestão pública, apesar de ter o Geoportal, que é uma ferramenta maravilhosa, vai continuar tendo a mesma deficiência, talvez se tentarmos trabalhar no Conselho aqui quando essa ferramenta estiver implantada, convocarmos todos os entes fiscalizatórios ou regularizatórios do município e apresentar essa ferramenta, não quando ela estiver implantada, mas enquanto estiver em construção, que o mais importante de se implantar é ser utilizada, acha que é quando estiver

em construção, ouvir as outras Secretarias, porque tem outras Secretarias, como os Conselheiros Jorge da SOMAR, o Will da Secretaria de Urbanismo, enfim todas as Secretarias como as de fazenda devem ter um documento não só ambiental, afirma que essa plataforma é maravilhosa. O Conselheiro Will diz que está participando aqui pela primeira vez, fala um pouco do que tem conhecimento e Urbanismo atualmente participa de uma outra plataforma de Georeferenciamento da Prefeitura que ainda está em cotação, é uma ferramenta integrada que não é do Urbanismo, ela é feita pela Secretaria de Planejamento. O Geomedicina foi contratado por eles, está em cotação, tem muitas Secretarias participando dessa ferramenta de Georreferenciamento. Como a IDRM, Saúde, Educação, Transporte e o COMAR que está entrando agora que o Centro de Monitoramento de operações de Maricá, então, é uma ferramenta que está em construção, que não tinha conhecimento desta ferramenta que a Secretaria da Cidade Sustentável está fazendo, mas o que está entendendo é que há uma área de sobreamento para outra ferramenta que já está disponível para a Prefeitura, entendendo que esse outro Portal é exclusivo para os programas da Secretaria da Cidade Sustentável, não sabe se depois ela poderia conversar e ser inserido também nessa outra plataforma abrangente que é o Sinformar. Caroline diz que o Geoportal faz parte também da Prefeitura do Sinfomar, só que ele foi desenvolvido e o portal está dentro do Sinformar. Então qualquer Secretaria que esteja ligada às questões, pode solicitar e o Geoportal, pode ser atualizado a qualquer momento, podem ser inseridas novas abas, novos projetos, nada impede que vocês participem do Geoportal, que a conversa deve ser entre as Secretarias para definir o que deve ser inserido no Geoportal, acha que o Geoportal tem o propósito de poder conversar com algumas Secretarias e com outras não, acha que isso que tem que ser visualizado e levado em conta e que o Geoportal pode se expandido. O Conselheiro Will diz que está entendendo que é uma maneira diferente de entrada de dados, acha que tem que haver uma conversa de quem está produzindo a plataforma Sinformar que tem informações do Plano Diretor, Financiamento. E o que o Conselheiro Felipe está propondo, os dados do Urbanismo não estão. De certa forma, como eles estão fazendo um portal de acesso, os dados e as camadas estão lá no portal para funcionar como um aplicativo, só que como informa? como adiciona os dados do plano diretor que foi revisto? o plano de mobilidade? do zoneamento? Licenciamento? alguns são de dados públicos, outros são dados sensíveis não podem ser abertos por causa de uso de má fé e não podem ser compartilhados, cita alguns exemplos de compartilhamentos. Caroline mostra uma consulta que não está pública, que está para o licenciamento e monitoramento que tem o acesso a esses dados, mas caso eles queiram trazer alguns dados ao público, conseguimos criar uma camada de visualização, somente com os dados que eles querem mostrar. O Presidente informa que o link tem validade e encerra em 10 minutos, então, vai disponibilizar um novo link assim que encerra essa outra reunião aqui, para entrarmos no segundo link e da continuidade. O Conselheiro Felipe quer uma questão de ordem. O Conselheiro Jorge, caiu a conexão está tentando entrar, não está conseguindo, não estão autorizando. O Presidente responde que não está aparecendo para ele que é o anfitrião da reunião. O Conselheiro Felipe diz que o bom dos Conselhos é saber que já existe uma plataforma e que até colocou no chat, que é uma plataforma que usamos no município de Niterói que é o SIGeo e lá quando você entra, tem as camadas das coisas que quer ver, independentemente de ser Ambiental, Urbanísticos, de serviço saneamento básico. Enfim é uma plataforma que com o Will falou, tem coisas que você não consegue ter acesso que são dados da Prefeitura e você como Cidadão pode ter acesso, existe um acesso restrito ao cidadão existe um acesso restrito ao serviço público. O que chama a atenção que acha maravilhoso, é essa integração de plataformas para que não tenhamos que inventar roda e não ter que fazer várias plataformas que não são interligadas entre si e que não aconteça justamente, porque estamos caminhando para um futuro onde vamos ter um número de registro só para o cidadão comum, não vamos mais ter CPF, identidade, vai existir um número de registro, não temos que pensar numa Secretaria é uma Gestão Pública em Maricá só, temos que ter um sistema de Georeferenciamento a nível municipal que conversem entre si. Acha que isso é um problema de gestão política de município onde se colocam as gestões de Secretarias, político onde um Vereador pega uma secretaria e um não quer conversar com a outra, mas acha que a nível de política pública devem ser conversado entre as Secretarias, um portal, um Geoportal onde tem todas as informações do município sejam elas abertas ao público ou para municipalidade, mas assim não dá para ficarmos fazendo, tateando, cada um fazendo uma coisa, até por questão de recursos públicos e isso é uma opinião nossa que deixamos aqui uma crítica construtiva e como o Conselheiro Will falou que talvez ia conversar, com a Secretaria de Urbanismo e linkar esse projeto agora ao próprio projeto que já é mais antigo da Secretaria de Urbanismo e criar camadas Independentes de Secretaria. O Presidente informa que já criou o link, vai passar Caroline e fazendo um adendo ao que a Carol falou, esse portal está em desenvolvimento e todo esse portal faz parte do macro projeto chamado Sinformar que engloba várias vertentes de formação geográfica em um portal e cada Secretaria, suas demandas e suas necessidades, criando esses links dentro da sua plataforma, dentro das suas camadas inerentes às suas especificidades em si, e certamente isso vai ter um desdobramento em futuro próximo para que as Secretarias vão cruzando as informações e dados solicitados e muitos processos relativos a parte urbanística que vem ao crivo de análise nosso, da Secretaria da Cidade Sustentável, por exemplo, situações de alvarás, de processo de alvará de obra, legalização de obras, muita das vezes está em área de Proteção Ambiental que precisam vir para cá, esse é um exemplo clássico, precisamos ter essa conexão. Mas isso é uma coisa nova que está sendo construído agora, estamos trazendo para vocês terem noção que existe e o Sinformar como um todo é algo que vai fazer essa integração no futuro dentro daquelas áreas que são conexas. A Conselheira Ludmila diz que se todas as Secretarias vão usar o Sinfomar a Secretaria da Cidade Sustentável vai fazer um portal específico só pra ela? É no mínimo, talvez desnecessário. Diz que tem a Prefeitura de Niterói acha que alguém já

221 tinha falado, a prefeitura de Niterói tem um Geoportal e ele está incluído cuidados de Urbanismo, com as outras Secretárias
222 como a de Saúde entre outras, o que Niterói tem é o Sinfomar só que aberto, que é o que deveria ser o Geoportal da Secretaria
223 da Cidade Sustentável ou deveria ser o Sinfomar, que é a mesma plataforma no entanto, você abriu o de Niterói é a mesma coisa,
224 parece redundante e mais para as pessoas das outras Secretarias, vamos ter um acesso de visualizador, não de editor então, seria
225 preciso aqui a Defesa Civil com alguma informação, vai conseguir visualizar jamais baixar esse Shape que a Caroline quer botar.
226 Então o Sinfomar lhe permite baixar o arquivo, trabalhar em cima dele e o Geoportal da Secretaria da Cidade Sustentável é um
227 portal de consulta restrita, só vai conseguir ver quem criou o acesso da Secretaria. Vai conseguir ver a mais, e se ela está na
228 Defesa Civil, não vai conseguir então, acha que já tinha falado isso. Gostaria de salientar a importância da Integração através do
229 Sinfomar porque é o que temos feito, na verdade é o que hoje estamos tentando fazer. O Conselheiro Will diz que o Conselheiro
230 Felipe diz que o Sinfomar é do Urbanismo, queria esclarecer que o Sinfomar não é do Urbanismo é uma contratação feita pela
231 administração da Secretaria de Planejamento, que a Secretaria de Urbanismo é um parceiro, como outras Secretarias. O
232 Conselheiro Felipe pede desculpa ao Conselheiro Will, que achou que na sua fala anterior fosse questão do Urbanismo, mas a
233 fala da Conselheira Ludmila anteriormente que é isso que pedimos, uma transparência e uma interligação entre secretarias, porque
234 você tem acesso, pode baixar os Shape para saber onde são as nascentes, saber onde são os cursos hídricos, mas também saber
235 aonde são as linhas de drenagem. Ela permeia entre outras Secretarias e não tem porquê de fazer um Geoportal em cada Secretaria.
236 Caroline diz que esse projeto nasceu na Secretaria da Cidade Sustentável, mas nada impede conservar e ele virar um Geoportal
237 de Maricá, porque ele ainda é um protótipo que estamos desenvolvendo, como falou anteriormente ele tem muita capacidade de
238 expansão. Explica que o Geoportal ele está dentro do publicador, da Secretaria de Meio Ambiente, então que acontece temos o
239 Sinfomar que é da Prefeitura e dentro da Prefeitura todas as Secretarias, ela tem algum publicador de acesso que é o Sinfomar,
240 esse Geoportal foi feito dentro do usuário da Secretaria de Cidade Sustentável. Diz que foi uma iniciativa da Secretaria da Cidade
241 Sustentável mas, nada impede que possa ser expandido para o restante, fica mais a nível de conversa mesma entre as Secretarias
242 para que haja um consenso para criar um Geoportal, mas o Geoportal da Cidade Sustentável é uma ferramenta que está
243 disponibilizando que ela é possível, como a Conselheira Ludmila falou tem SIGeo de Niterói engloba tudo e temos a capacidade
244 de fazer isso também nada impede desse Geoportal da Cidade Sustentável virar o Geoportal de Maricá. Ele é só um protótipo da
245 Cidade Sustentável, pode fazer. Diz que nessa página de consulta, licenciamento e monitoramento, ele mesmo insere esses pontos,
246 eles quem vão adicionar e editar esse Shape, vão editar se quiserem adicionar por exemplo; um processo de vistoria aberto e eles
247 que vão alimentar essa base de dados. É uma base de dados deles que só eles têm visualização. Fala do painel que é para visualizar
248 o que está sendo feito nessa consulta, mostra um caso que tem 347 processos. Aqui nós temos painel mostrando a quantidade do
249 que está arquivado, a quantidade de processo vistoriado, eles são filtrados para ter uma facilidade na hora de visualizar esses
250 dados, acha interessante para a visualização, além de inserir os dados no sistema, que é na outra plataforma que disponibilizamos.
251 Temos o painel que é para a Secretaria da Cidade Sustentável poder visualizar esses dados. Então fizemos esses dois produtos
252 para conversar entre si. Aqui Eles vão poder filtrar por número de processos específico, consultar CEP, por ano do processo,
253 então, essa é a base de dados que pegamos deles e que eles também estão alimentando esses dados, explica que inseriu os dados
254 antigos e eles deram continuidade a partir dos processos, são eles que estão editando as camadas do licenciamento e
255 monitoramento e aqui aparece para eles o que está sendo feito. A Conselheira Ludmila pergunta se ela está usando o Mosaico da
256 prefeitura ou está usando a imagem online. Caroline responde que é só a online. A Conselheira Ludmila deixa claro, que para
257 quem não sabe o Mosaico é que faz o IPTU, que faz toda análise da prefeitura que utilizamos no Sinfomar, que é a imagem mais
258 recente então, a necessidade de integração e quando você não tem o mosaico, mostra cada vez mais que na verdade temos que
259 integrar em vez de seccionar em Secretarias porque usamos uma imagem e você está usando outra imagem. É necessária a
260 integração e não seccionar, que vai continuar batendo na mesma tecla, porque senão fica cada um falando uma língua ou na
261 verdade trabalhando com imagens diferentes para o mesmo ambiente. Caroline diz que é isso mesmo, a integração é uma
262 iniciativa que vocês podem fazer para gente, que essa iniciativa foi da Secretaria da Cidade Sustentável, mas, nada impede a
263 integração de Maricá. Ainda dentro do Geoportal da Secretaria da Cidade Sustentável nós temos também um StoryMaps dedicado
264 a Trans Maricá esse StoryMaps Maricá, foi desenvolvido pensando no circuito de trilhas, que Maricá foi inserido recentemente.
265 Então, criamos aqui no StoryMaps outro tipo de ferramenta que pode ser criado e inserido no portal além daquela aplicação, cita
266 outro tipo de aplicação adequando a necessidade, ele também pode ser criado, ele serve como se fosse uma página de navegação
267 e disponibilizou algumas informações referentes a TransMaricá. A trilha também, os mapas são mais para a população. Aqui as
268 pessoas encontram informações sobre cada trecho, de distância, níveis das trilhas, altitude, a pessoa se quiser dar zoom, ela vai
269 saber aonde que se inicia essa trilha, onde finaliza a etapa da TransMaricá. Aqui temos cada etapa temos uma breve inscrição de
270 quais trilhas fazem parte dessa etapa que são interligadas que são em todo o município, tem outras pequenas trilhas que ligam a
271 essas principais da Trans Maricá. Temos a galeria de atrativos o que cada pessoa vê em cada trilha, em cada etapa da Trans Maricá,
272 sinalização, sede física e o fique por dentro então, isso é basicamente o produto que condensa tudo de forma resumida e a gente
273 também pode interagir com os mapas, podemos colocar mapas para interagir que mais um produto de visualização. Não tanto
274 um produto de edição ou de extrair informação mais precisa como aqueles outros que mostrei para vocês no StoryMaps ele é
275 mais para apresentação mesmo é bem legal. Pode também inserir mapas, textos e vídeos, dá para deixar bem e até trazer para a

população para essas questões. Diz que finalizou porque falou de todos os componentes do Geoportal, então o Geoportal tem essa finalidade por enquanto de entregar esses projetos que estão aqui dentro e é isso. O Presidente agradece a Caroline pela apresentação. Diz que o Conselheiro Guilherme acompanhou de perto a ideia que foi desenvolvida, relacionada à necessidade de criar um sistema de informações, ligada a partir desse licenciamento ambiental e ele queria estar presente aqui agora, mas ele está com problema de conectividade, onde ele está, até pede desculpas em nome do Conselheiro Guilherme para que possamos ter desdobramento das dúvidas, ele é uma pessoa melhor para explicar essa parte do que ele, é a parte mais técnica em que ele não domino mas, em síntese, só para deixar claro que esse projeto ainda estamos estudando, não tem nada lançado ainda, não foi lançado isso ainda, estamos fazendo lançamentos de dados em forma de teste e não existe nada, está em fase de construção, a verdade que essa apresentação é mais para que a gente justamente propor junto ao Conselho aqui para ter essas ideias, as ideias que surgem através dos Conselheiros, para trazer para poder estudar uma forma de ampliar ao que ele se destina. Mais uma vez deixa aqui em aberto essa discussão para que possamos ter a presença do Conselheiro Guilherme aqui com a gente e desdobrar mais nas partes técnicas e o intuito desse projeto, repete, que ainda não foi lançado. O Conselheiro Felipe diz que pelo que vê já está em andamento, que não é atoa que ele está sendo apresentado aqui, diz que queria saber onde nasceu esse projeto, de onde vem o financiamento dele, para levantamentos desse dados e proposição dessas coisas todas e fazer uma crítica, mais uma vez o Conselho de Meio Ambiente é composto por diversas Secretarias, é justamente para a gente tentar aqui propor políticas públicas eficazes, se essa ideia do portal tivesse sido apresentada numa reunião anterior e a gente tivesse dados de todas essas ideias tem certeza que não precisaríamos estar agora manifestando essas críticas. Então queria saber de onde que vem esse recurso para financiar esse projeto e quando é que nasceu, porque o projeto está em andamento, que pode ser modificado, pelo que entendeu que o Bruno falou mas, ele já está em andamento, tem um Conselho da Cidade de Maricá, que os Conselheiros Will e Guilherme participam, acha que inclusive essas questões têm que ser apresentadas nesse Conselho da Cidade, porque é uma ferramenta de Gestão Pública a nível Municipal não é uma ferramenta de Gestão Pública estritamente ambiental, ela tem que ser incorporada a uma questão mais ampla, como estamos discutindo aqui. Gostaria muito que fosse solucionado isso, de quando esse projeto começou e de onde está vindo a verba para financiar, e onde ele está para podermos tentar no Conselho ou vocês via prefeitura readequar a nível de um projeto macro não num projeto pontual, mas, de qualquer forma é um projeto muito bom, ele só queria estar dentro uma plataforma mais ampla a nível de governo e não a nível de Secretaria. Mas obrigado, parabéns. O Presidente responde ao Conselheiro Felipe dizendo que essas informações como falou antes, vamos fazer o levantamento para você, mas o ideal era que o Conselheiro Guilherme estivesse presente aqui para poder trazer essas informações. O Conselheiro Felipe interrompe e pergunta se a Conselheira Ludmila é da Secretaria de Meio Ambiente. O Presidente responde que não, a Caroline foi a pessoa quem apresentou a empresa que está desenvolvendo o software, a empresa Progel. O Conselheiro Felipe pergunta quando é que vocês começaram a desenvolver esse projeto. Caroline responde que começamos no meio do ano passado, em meados de setembro, entrei no projeto. O Conselheiro Felipe diz que é isso que o espanta muito, não você Caroline, espanta muito como Conselheiro aqui no Conselho de Meio Ambiente de não saber essas coisas, entendeu Bruno, já estamos aqui você gestor a bastante tempo no Conselho, precisamos ter acesso, pelo menos em nos dizer que estamos ventilando em construir um Geoportal, em que vocês podem ajudar e não chegar aqui apresentando uma empresa para a gente como Conselho. Justificar o que vocês estão fazendo, tem um monte de críticas que estamos fazendo que talvez sejam inclusive questão de recursos públicos. Por que está utilizando se não podemos fazer uma plataforma única, que fica muito apavorado com essa gestão da Secretaria da Cidade Sustentável, que cada vez mais vem para o Conselho para querer justificar projetos que ninguém sabe, que nos como Conselheiros temos que participar de política pública, fiz uma crítica no grupo, essa reunião aqui é mais uma reunião para justificar reunião, porque não estamos fazendo política pública, passa ano e ano e a gente não projeta o que queremos para Maricá, o que o Conselho pode, o que esse monte de gente que está trabalhando aqui voluntariamente de graça, pode fazer para ajudar o município, só vemos pauta para justificar uma decisão unilateral do município. Vocês decidem as coisas e querem botar para gente uma questão, que pelo amor de Deus vamos tentar evoluir como Gestão Pública, ele como Instituto Amadarcy cada vez fica mais horrorizado porque, estamos num município, que o Presidente acabou de dizer que tem R\$ 340 milhões (trezentos e quarenta milhões) no Fundo do Meio Ambiente, o que estamos fazendo nesse dois Conselhos? qual política pública, de onde vem esse negócio, é uma ideia de alguém que vai lá no Conselho, na Secretaria? Vamos fazer, porque que vamos fazer. Então assim o Conselho existe justamente para discutir entre a Sociedade por isso existe. Quais são as necessidades do município e da Secretaria da Cidade Sustentável não faz isso seja nesse Conselho seja ela no Conselho do Fundo Municipal que tem 340 milhões (trezentos e quarenta milhões) faz um contraponto que a gestão dos Conselhos da Secretaria de Urbanismo vem fazendo, acha que Secretaria da Cidade Sustentável deveria ficar um pouquinho lá dentro do Urbanismo para tentar aprender um pouco de que é gestão participativa, então assim cada vez mais tem que ficar apavorado com esse Conselho, com a gestão desse Conselho e com a gestão da Secretaria da Cidade Sustentável. Afirma que o Instituto Amadarcy não está aqui para chancelar proposta que vocês vêm construindo unilateralmente dentro de cabeça de vocês e a gente não é de acordo com isso, são Projetos maravilhosos. Mas eles têm que ser construídos aqui dentro desse Conselho para que evitem falhas. Pede desculpa a Carolina que apresentou não deveria estar ouvindo isso e nem é parte disso, mas é um projeto maravilhoso, mas que ele está errado, nasceu errado. O Presidente agradece mais uma vez a Caroline pela apresentação, diz que demais informações pertinentes construção

vai ser passada pelo Conselheiro Guilherme. **Quinto ponto da pauta:** Pautas para Próxima Reunião. O Presidente pergunta se alguém gostaria de sugerir alguma pauta. O Conselheiro Felipe diz que por questão de ordem gostaria de uma série de falta: Uma foi inclusive levantada pelo professor Jorge Pontes que foi criada a Unidade de Conservação da Lagoa de São Bento e até agora não temos um gestor, precisamos ver isso, não é publicar um artigo, o não é isso, precisamos avançar na política pública, precisamos de um gestor para aquela Unidade de Conservação, precisamos de ações que venham a salvaguardar aquela área. Já que foi entendido pelo município que é uma área de preservação ambiental. O segundo ponto é a questão que o Guehard falou e gostaria que isso entrasse em deliberação nesse Conselho para a criação do grupo, como também já foi apresentado nesse Conselho há um tempo atrás outra deliberação do Conselho vindo do Guehard a respeito da ampliação do Morro da Peça de uma área que foi suprimida de unidade de conservação, então, gostaria que isso já fosse apresentado nesse Conselho e ficou de ser criado um Grupo de Trabalho e não foi criado e sobre o Taboal temos que avançar parece que está bem singelo, botamos as pautas mas é um processo moroso. Parabeniza o Urbanismo é o Bruno Marins pelo empenho e vamos estar discutindo isso lá junto com o Will no dia 29 de fevereiro, no Conselho da Cidade, vamos apresentar lá, faz o informe que vai ter reunião para todos participarem, acha que a princípio é isso das sugestões de pauta e a sugestão da deliberação pela criação da Unidade de Conservação aqui nesse Conselho e do Ofício do Conselho de Meio Ambiente da ALERJ. Marisa agradece a participação, diz que para ela é muito importante saber o que está acontecendo porque acredita muito que as coisas podem sempre ser melhores, que segundo a pauta que o Conselheiro Felipe falou sobre das lagoas, chama todos porque sábado vai haver a conscientização, que está promovendo para as pessoas que querem o bem da Lagoa de São Bento. Convida a todos para participar e pede se possível que providenciem as placas para o revis de informação e que avise a Secretaria de Urbanismo, como deve ser feito o passeio em torno da Lagoa. Porque no momento da execução houveram vários entendimentos na execução do passeio, por negligência de atitude de quem estava fazendo a obra lá na ponta e como deve ser feito então, gostaria de atenção para isso, tudo depende das próprias pessoas do entorno entenderem o que é aquela área de Preservação Ambiental, é necessário que existam ações rápidas, pontuais, claras e com definição para o que é a revis, senão as pessoas vão criar lendas entorno da Lagoa que acabam prejudicando tudo que estamos tentando preservar. Ler a pauta que escreveu que é falar com vocês sobre essa conclusão nesse passeio em torno da Lagoa de São Bento, lembrar dessa pauta que estamos fazendo, o Felipe já falou sobre a gestão daqui ali, quanto antes puder atender relação às placas melhor. Agradece por participar aqui. O Conselheiro Felipe completa a questão dizendo que recebeu um comunicado de umas pontes que foram construídas nos Rios do Silvado, que mandou até as fotos para o grupo do Conselho. Diz que essas pontes não constam no processo do acordo de cooperação dos cursos hídricos então, provavelmente elas estão ilegais essas pontes então, queria saber da Secretaria da Cidade Sustentável, que o Conselho envie um ofício à Secretaria da Cidade Sustentável, parece absurdo já que é a mesma gestão, para saber a respeito dessa ponte, se elas têm processo licitatório de autorização ambiental, precisamos saber e uma outra coisa aqui também que vem assolando a gente nos últimos dias é a questão da supressão de 40.000 m2, do terreno de Restinga de Maricá ao lado da APA Maricá. Queria saber se existe algum posicionamento da Secretaria da Cidade Sustentável a respeito disso, em que pé está isso, porque é uma aberração desse porte tem que ser trazido para estes Conselhos que tem entre o Estatuto e Regimento poder de lutar contra essas questões ambientais de grande impacto no município. Pergunta o que o município vem fazendo a respeito disso, se já identificou o proprietário ou não, quem fez, já notificou e colocou na árvore igual colocou a notificação do Parque sem sabe de quem é a área, precisamos saber dessas questões, uma outra questão queria também levantar para uma próxima pauta te chamar INEA o Núcleo Estadual do Ambiente a principal a Superintendência para saber em que pé está a demarcação da faixa Marginal de proteção do Rio Itaiocaia, esse processo já vem tramitando a bastante tempo se não engana tem 04 (quatro) anos e dentro do acordo de gestão com o município e o INEA prevê essa questão. Então queria convocar o INEA para que eles deem uma justificativa a respeito em que pé demarcação da faixa Marginal de proteção antes que ela seja totalmente dizimada pela construção irregular. Guehard diz que queria fazer menção de algumas propostas que nós encaminhamos para Secretaria da Cidade Sustentável no tocante ao meio ambiente, como já foi dito pelo nosso amigo Felipe. A questão de medidas protetivas para o Rio Itaiocaia, acha que é fundamental, que seja estabelecido como prioridade dentro desse segmento, acha que é importante que a gente busque resgatar as propostas que caminham para criação de grupo de trabalho para estabelecer medidas protetivas também da faixa de Restinga em confrontante ao morro da peça, acha que aquilo ali não pode ser deixado de lado hoje está sendo assim, está sofrendo algumas ameaças por parte de empreendedores Imobiliários, que colocam placa, jogam entulho, tentam descaracterizar o ambiente como é uma área riquíssima de biodiversidade e vem sendo objeto inclusive de caçadores de animais silvestre, que recebe denúncia na área. Então que Secretaria da Cidade Sustentável e o Conselho do Meio Ambiente precisam se posicionar em uma forma mais ostensiva, até porque nós tínhamos anexado em 2017 naquela área ao monumento natural do Morro da Peça na proposta original e 4 meses, depois foi retirado por outro projeto de lei sancionado pelo prefeito, aquela região favorecendo a especulação imobiliária, precisamos de uma decisão efetiva naquela proteção bem como, também caminhamos a proposta não só de recuperar essa área monumento do morro da peça, mas caso não haja muita facilidade política nesse caminhar que a gente estabelece uma área de preservação permanente seja por decreto municipal, que possamos realmente garantir aquele conjunto eco Paisagísticos que faz parte da Serra da Tiririca e do próprio movimento natural do Morro da Pedra. Fundamental que tenhamos esclarecimentos conclusivos em relação a esse desmatamento que nós demos o flagrante junto ao

Rio Bambuí em Itaipuaçu Jardim Atlântico, por 40 mil metros quadrados ou um pouco mais e mata atlântica estágio de regeneração avançado, que foi derrubado sem nenhuma Identificação do autoria ainda, mais o INEA já se posicionou e fez um laudo, Mas gostaria de ter acesso ao lado da Secretaria da Cidade Sustentável diz que tem que apurar para poder responsabilizar os autores, não pode passar em branco, por que é um dano irreparável para aquela Região sobre tudo sobre a fauna Silvestre, devia habitar aquela localidade. É fundamental que se andamento realmente o processo de implantação do Refúgio da vida Silvestre da Lagoa de São Bento, como reivindicado pelo professor Jorge Antônio não pode simplesmente criar e deixar no papel, ainda tem que fazer ela sair do papel e saber também de vocês que recebeu agora esses dias, acha que foi ontem, uma denúncia duas pontes de concreto sobre o rio Silvado, inclusive perto da sede da própria Secretaria da Cidade Sustentável pelas apurações que lhe foram levantadas forma obras feitas pelas SOMAR para não perder o hábito. Todos os grandes impactos gerados no âmbito Municipal é sempre A SOMAR, sempre tem assinatura da SOMAR então mesmo que a SOMAR agora tenha esse convenio com o INEA, acha que não pode simplesmente detonando as faixas marginais de proteção para fazer edificações completamente fora de contexto, do ecossistema da região. Diz que queria um posicionamento mais claro por parte do Conselho de Meio ambiente com relação a esse encaminhamento feito oficialmente pela Comissão de Meio Ambiente da ALERJ para que possamos inclusive saber o nível de seriedade dos membros desse Conselho nesse sentido, se existi um comprometimento mesmo com a gestão ambiental ou se vocês estão fazendo apenas um bate-bola sem resultados efetivos. É porque isso aí é um mal que observa na maioria dos Conselhos, falasse muito, pouco se faz, acha que o Conselho de meio ambiente de Maricá, tem um potencial monumental para trabalhar em virtude de todos os recursos naturais que temos e é fundamental se você se posiciona, se coloque e cobra uma decisão da própria Secretaria da Cidade Sustentável, agradece. O Presidente agradece a presença de todos não havendo mais assunto de gerais a serem tratados. O Conselheiro Felipe diz que tem que deliberar pela criação do grupo de trabalho. O Presidente deixa abeto a fala para quem tiver disponível para participar do GT. O Conselheiro Felipe diz que quer, está disposto a participar do GT de mais um grupo de mais uma criação de unidade de conservação do município de Maricá vamos uma apresentar uma proposta. O Presidente pergunta se tem alguém mais. O Conselheiro Will diz que gostaria de colocar um convite vai ter reunião do ConCidade que o Felipe falou essa semana, quinta-feira diferente da reunião do Conselho de Meio Ambiente vai ser presencial às 14 horas na Universidade de Vassouras, que é uma reunião de organização, tem uma pauta internas, mais do processo de organização das reuniões, alguns Conselheiros do governo, cita alguns nomes, de outros Conselheiros são sempre convidados e as outras entidades também, que é uma reunião aberto e qualquer um pode participar. Que está Secretário Executivo lá. Agradece e espera contribuir com vocês aqui no Conselho de Meio Ambiente. O Conselheiro Felipe pergunta se é possível uma comissão de Meio Ambiente da ALERJ participar desse GT para construirmos uma proposta ou só pode ser Conselheiro. A Secretária Executiva do CMM pedi ao Conselheiro Will se possível colocar o calendário da reunião do ConCidade e o convite no grupo do Conselho, que vai inserir ele no grupo e se ele pode colocar, porque vai ser no mesmo dia e o horário da nossa reunião do Conselho de Saúde. O Presidente responde que já adicionou ele no grupo. O Conselheiro Felipe pergunta se foi criado o GT, mesmo que Amadarcy seja a única manifestante aqui, gostaria de estar elaborando a proposta para criação de apresentar na próxima data de reunião a deliberação para criação dessa unidade de conservação. O Presidente diz que o Conselheiro considera-se criado não vê que ninguém vai se opor agora, por conta de quantidade de sobrecarga administrativa sua, até gostaria de poder se comprometer com esse grupo de trabalho, mas infelizmente não pode no momento, que tem atribuições em outros Conselhos fora a sua parte de trabalho da Secretaria da Cidade Sustentável em sim, não tem nesse momento, mas fica franqueado a todos aqui até que se coloca também convite no grupo até para outros Conselheiros que não puderam estar presente hoje aqui dar oportunidade deles saberem do que está sendo discutido aqui sobre esse grupo de trabalho que eles possam a vir fazer parte, o que puder contribuir e tiver ao seu alcance assim fará. A Secretária Executiva pergunta se vai ser um grupo de trabalho com uma pessoa só, i não teria de ter mais Conselheiro, e do Conselho só tem o Conselheiro Felipe? O Conselheiro Felipe diz que pode convidar, e vamos formulando, que foi criado o grupo, que o Conselho não vai participar porque a Secretaria de Meio Ambiente não tem ninguém com interesse de criar uma Unidade de Conservação para participar, diz que não está entendendo o que está acontecendo. O Presidente diz que não é essa a ideia, que está falando por ele, que não é a Secretaria da Cidade Sustentável e que o Conselheiro precisa se colocar no seu lugar, saber respeitar, que o seu limite termina quando começa o do outro e vice versa, vamos pontar, que ouviu o Conselheiro até agora você com várias insinuações baratas, desde o início da reunião. Não vai entrar nesse mérito, está falando com relação a criação de um grupo de trabalho, ele Bruno não é a Secretaria da Cidade Sustentável fala por ele, não tem condições de participar de um grupo agora nesse momento mas, se houver outro funcionário da Secretaria que talvez tenha expertise, isso tudo vai se conversado e posteriormente, inclusive outro Conselheiro que não esteja presente na reunião ou até aqueles que estejam presentes na reunião e que possam pensar posteriormente, se há possibilidade participação ou não é assim o faça, agora insinuações acha que não cabe. A Conselheira Anna Quintanilha sugere que grupo de trabalho não necessariamente, obrigatório ter Conselheiro podemos convidar outras entidades que tenham interesse no meio ambiente a fazer parte do grupo de trabalho, por exemplo. O Subcomitê, enfim outras entidades. O Presidente diz que inclusive a própria Comissão da ALERJ como o Conselheiro Felipe tinha falado no início da sua fala, aproveitamos que o Guehard ainda está na reunião, agora ele na pessoa do Bruno não tem como dispor em mais um Grupo de trabalho porque sua agenda não fecha, não vai se comprometer em participar e chegar na hora marcada, às visitas que devem

ser realizadas, não comparecer então não vai faltar com sua palavra, que vai divulgar aqui na Secretaria, talvez tem algum funcionário que tenha disponibilidade e a técnica para poder lidar com assunto, para poder se debruçar no grupo de trabalho, e o grupo de trabalho vai seguindo. **Sexto ponto da pauta:** Informes Gerais: O Conselheiro Will Informa que o calendário vai ser aprovado nessa reunião o calendário do ano, a princípio será sempre próximo a última semana de cada mês e as reuniões são trimestre, mas ainda vai ser aprovado nessa reunião, após isso pode compartilhar o calendário do mês. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Bruno agradece a todos pela presença, convida para a próxima reunião no dia 26 de fevereiro, às 14 horas, presencial na Câmara, encerrou a reunião às 15:43 (quinze horas e quarenta e três minutos), eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Conselheira Anna Maria de Carvalho Quintanilha, por expressar a verdade, dato e assinado juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 27 de fevereiro de 2024. XXX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Guilherme Di Cesar da Mota e Silva
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
AMASP- Ass. De Moradores e Amigos Sítio Santa Paula

Ludmila Caetano
Defesa Civil

Will Robson Coelho
Secretaria de Urbanismo

Ronald Manoel Ribeiro Marques da Silva
Secretaria de Saúde

Felipe Queiroz
Instituto Floresta Darcy Ribeiro-AmaDarcy

Jorge Rodrigues Andrade
SOMAR

Jaildo de Souza Santos
Federação das Associações de Moradores de Maricá

Hannah Marchon Detes
Instituto Floresta Darcy Ribeiro-AmaDarcy

Marcus Antônio Lacerda
Secretaria de Educação

Uellington de Souza Silva
Associação de Moradores e Amigos de Jardim Jaconé